GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

Às quatorze horas do dia 5 de novembro de 2024, reuniu-se, ordinariamente, a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais – TARF, do Distrito Federal, por videoconferência, sob a Presidência da Sra. Presidente, Vânia Nascimento de Castro, os Srs. Conselheiros Giovani Leal da Silva, Marta da Silveira, e Júlio Cezar Nascimento de Abreu e os Cons. Suplentes Joicy Leide Montalvão de Almeida, Gualberto de Sousa Barbosa Gomes, Gabriela Lima e Silva, bem como a Sra. Representante da Fazenda, Procuradora Nayara Sepulcri de Camargo Pinto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Manoel Antonio Curcino Ribeiro, Solange Leite de Menezes e Guilherme Salles Moreira Rocha, sendo substituídos, respectivamente, pelos Conselheiros Suplentes Gualberto de Sousa Barbosa Gomes, Gabriela Lima e Silva e Joicy Leide Montalvão de Almeida. Inicialmente, foi aprovada a ata da sessão anterior, compartilhada previamente com os Conselheiros e a Representação Fazendária. Quanto aos destaques da pauta, a Sra. Presidente comunicou que não seria necessária a inversão da ordem da pauta, em deferência aos patronos das recorrentes presentes, haja vista serem os processos das alíneas “a” e “b”. Desta forma, mantida a ordem, iniciando o julgamento pelo processo de alínea “a”, os processos foram apregoados na ordem que segue: **1. ADIADO PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:** a) **Processo n. 00040-00028057/2021-67**, Tributo ICMS, RV 208/2022 e REN 68/2022, Recorrentes e Recorridos NOVA CASA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO S.A (Resp. Sol. WILSON LUIZ DA COSTA JUNIOR) e Fazenda Pública do Distrito Federal, Advogado Jorge Ernani Marinho Santos OAB/DF 65.991, Representante da Fazenda Procuradora Luciana Marques Vieira da Silva Oliveira, Relatora Conselheira Marta da Silveira. **A Representação Fazendária opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso voluntário e pelo não conhecimento do reexame necessário.** O Advogado, Dr. Jorge Ernani Marinho Santos OAB/DF 65.991, fez sustentação oral. Em réplica, a Representação Fazendária reiterou e manteve o opinativo. Concluído o julgamento do REN 68/2022, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 1ª Câmara do TARF, à maioria de votos, em preliminar, não conhecer do reexame necessário, nos termos do voto do Conselheiro Giovani Leal. Foram votos vencidos quanto ao conhecimento do reexame necessário, os da Conselheira Relatora, que conheceu do reexame necessário, sendo acompanhada pela Conselheira Joicy Montalvão. Quanto ao RV 208/2022, a Conselheira Relatora votou pelo conhecimento e desprovimento do recurso. Colhido o voto do Conselheiro Giovani Leal, este pediu vista dos autos. Consultados os demais Conselheiros quanto à antecipação dos seus votos, estes preferiram aguardar o retorno dos autos à pauta de julgamento. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Manoel Antonio Curcino Ribeiro, Solange Leite de Menezes e Guilherme Salles Moreira Rocha, sendo substituídos, respectivamente, pelos Conselheiros Suplentes Gualberto de Sousa Barbosa Gomes, Gabriela Lima e Silva e Joicy Leide

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

Montalvão de Almeida. **2. PARA PROSSEGUIMENTO DE JULGAMENTO: b) Processo nº 00040-00034307/2021-06**, Tributo ICMS, RV 252/2023 e RV 253/2023, Recorrentes PAULO SERGIO NOVAIS DE MACEDO e VIA S.A (Atual denominação de Via Varejo S.A.) - Empresa solidária a PAULO SERGIO NOVAIS MACEDO, Advogados Rodrigo Bezerra Correia OAB/DF 19.454 e Guilherme Pereira das Neves OAB/DF 28.280, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procuradora Nayara Sepulcri de Camargo Pinto, Relator Conselheiro Giovani Leal da Silva. (Os autos estavam com vista à Presidente Vânia Nascimento de Castro). Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão, acorda a 1ª Câmara do TARF, à unanimidade, conhecer do recurso para, à maioria de votos, pelo voto de desempate da Presidente, negar-lhe provimento, nos termos de sua declaração de voto. Foi voto parcialmente vencido o do Conselheiro Relator que votou no sentido de dar provimento parcial ao recurso, tão somente para reclassificar a multa originalmente aplicada sobre o principal de 100% para 50%, com a redação da Lei nº 6.900/2021, sendo acompanhado pelos Cons. Edson Alves e Joicy Montalvão. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Manoel Antonio Curcino Ribeiro, Solange Leite de Menezes e Guilherme Salles Moreira Rocha, sendo substituídos, respectivamente, pelos Conselheiros Suplentes Gualberto de Sousa Barbosa Gomes, Gabriela Lima e Silva e Joicy Leide Montalvão de Almeida. Redatora para o acórdão a Conselheira Solange Leite de Menezes; **1. PARA INÍCIO DE JULGAMENTO: c) Processo n. 00040-00001779/2020-93**, Tributo ICMS, REN 52/2022 e RV 162/2022, Recorrentes e Recorridas Fazenda Pública do Distrito Federal e CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, Representante da Fazenda Procurador Eduardo Parente dos Santos Vasconcelos, Advogada Bruna Almeida Santos OAB/SP 443.885, Relatora Conselheira Solange Leite de Menezes. Tendo em vista a ausência justificada da Conselheira Relatora, o presente processo foi retirado da pauta, sendo incluído na pauta de julgamento do dia 07/11/2024; d) Processo n. 00040-00034297/2021-09, Tributo ICMS, RV 255/2023 e RV 256/2023, Recorrentes PAULO SERGIO NOVAIS DE MACEDO E AMERICANAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - Empresa solidária a PAULO SERGIO NOVAIS DE MACEDO, Advogados Rodrigo Bezerra Correia OAB/DF 19.454 e Alessandra Bittencourt de Gomensoro OAB/RJ 108.708, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procuradora Nayara Sepulcri de Camargo Pinto, Relator Conselheiro Júlio Cezar Nascimento de Abreu. **A Representação Fazendária opinou pelo provimento do recurso voluntário apresentado pela pessoa jurídica para excluí-la da responsabilização solidária; por outro lado, opinou pelo desprovimento do recurso voluntário apresentado pelo contribuinte, pessoa física, sendo mantido o lançamento em face deste.** Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão, acorda a 1ª Câmara do TARF, à maioria de votos, conhecer parcialmente do RV 255/2023 para negar-lhe provimento, nos termos do voto do

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

Relator, e, à unanimidade, conhecer do RV 256/2023 para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Foi voto parcialmente vencido o do Conselheiro Giovani Leal, que deu provimento parcial ao RV 255/2023, apenas quanto à reclassificação da multa sobre o principal de 100% para 50%, com a redação da Lei nº 6.900/2021. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Manoel Antonio Curcino Ribeiro, Solange Leite de Menezes e Guilherme Salles Moreira Rocha, sendo substituídos, respectivamente, pelos Conselheiros Suplentes Gualberto de Sousa Barbosa Gomes, Gabriela Lima e Silva e Joicy Leide Montalvão de Almeida. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator; e) **Processo n. 00040-00042036/2021-54**, Tributo ICMS, RV 234/2023, Recorrente MÁRCIO JOSÉ LOPES DA SILVA, Advogado Adriano Martins Ribeiro Cunha OAB/DF 27.027, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procuradora Nayara Sepulcri de Camargo Pinto, Relator Conselheiro Guilherme Salles Moreira Rocha. Tendo em vista a ausência justificada do Conselheiro Relator, o presente processo foi retirado da pauta, sendo incluído na pauta de julgamento do dia 07/11/2024. Esgotada a pauta, foram conferidas e aprovadas as ementas dos acórdãos referentes aos seguintes recursos: REN 20/2023 (Ac. 156/2024), RV 233/2023 (Ac. 157/2024), RV 276/2023 (Ac. 158/2024), RV 284/2023 (Ac. 159/2023) e RV 285/2023 e RV 336/2023 (Ac. 160/2024). Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, a Sra. Presidente encerrou a sessão, convocando outra para o dia 07 de novembro de 2024, quinta-feira, às 14 horas, e por nada mais constar, eu, Alessandra Duarte, lavrei a presente ata, que será disponibilizada no SEI/DF para assinatura dos participantes desta sessão de julgamento.

VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Presidente

NAYARA SEPULCRI DE CAMARGO PINTO
Procuradora

GIOVANI LEAL DA SILVA Conselheiro

MARTA DA SILVEIRA Conselheira

JULIO CEZAR NASCIMENTO DE ABREU Conselheiro

JOICY LEIDE MONTALVÃO DE ALMEIDA Conselheira Suplente

GUALBERTO DE SOUSA BARBOSA GOMES Conselheiro Suplente

GABRIELA LIMA E SILVA Conselheira Suplente